



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Gabinete do Reitor

DESPACHO N.º 2015/R/69

Assunto: Criação da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior - Normas de Organização e Funcionamento

Preâmbulo

A Universidade da Beira Interior nos termos dos seus Estatutos é uma Instituição orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo e do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental e tem como missão promover a qualificação de alto nível, a produção, transmissão, crítica e difusão de saber, cultura, ciência e tecnologia, através do estudo, da docência e da investigação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º dos Estatutos são entre outros objectivos da UBI o de valorizar as atividades dos seus investigadores, docentes e funcionários, estimular a formação intelectual e profissional dos seus estudantes.

Considerando que, o reforço de uma cultura de administração responsável no quadro da autonomia universitária e da sã convivência entre os diversos corpos da comunidade académica, no que toca ao respeito pelos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, que legitima a sua autonomia e o compromisso perante estes e a sociedade.

Considerando que, a Universidade promove nas suas atividades a dignidade da pessoa humana tendo por base a responsabilidade profissional e social dos seus membros.

Considerando que, nos termos do n.º 7 do artigo 9º da Lei n.º 62/2007 as instituições de ensino superior para além das normas legais e estatutárias e demais regulamentos a que estão sujeitas, podem definir códigos de boas práticas em matéria pedagógica e de boa governação e gestão.

Assim, nos termos da alínea d, e), q) e t) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 24.º dos Estatutos, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 45/2008 publicado na 2.ª Série do D.R. n.º 168 de 1 de Setembro, determino:



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Gabinete do Reitor

Artigo 1.º

Criação

É criada a Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior adiante designada por Comissão de Ética.

Artigo 2.º

Natureza e Atribuição

1. A Comissão de Ética é um órgão consultivo independente que tem como atribuição a análise de questões no âmbito das atividades desenvolvidas pela Universidade da Beira Interior, seguindo padrões de ética.
2. Em especial, compete-lhe proteger e garantir a dignidade e a integridade da pessoa humana nas atividades laborais, de ensino e de investigação, bem como o respeito devido aos cadáveres ou a matéria biológica originária de seres humanos e de outros animais.

Artigo 3.º

Composição

1. A Comissão de Ética tem uma composição multidisciplinar, que deve cobrir todas as áreas do seu campo de ação e será composta por 13 membros efetivos:
 - 1.1. Elementos provenientes e indicados por cada uma das suas Faculdades - Ciências Exatas, Engenharia, Ciências Sociais e Humanas, Artes e Letras e Ciências da Saúde, num total de cinco (5) membros;
 - 1.2. Três (3) membros indigitados pelo Reitor;
 - 1.3. Cinco (5) membros externos, admitidos por cooptação, pelos elementos a que se referem os nºs anteriores em reunião convocada para o efeito pelo Reitor e presidida pelo seu membro com maior graduação académica e, dentro duma mesma categoria, pelo que tiver maior antiguidade na carreira universitária, presente na reunião.
2. Os membros da Comissão de Ética iniciais a que se refere os números 1.1 e 1.2 e os cooptados a que se refere o nº 1.3, são nomeados por despacho do Reitor.
3. A duração do mandato dos membros da Comissão de Ética é de dois anos.



Artigo 4.º

Competências

1. Analisar e emitir parecer às questões que no domínio da ética lhe sejam submetidas por membros da Universidade da Beira Interior ou veiculadas pela Reitoria que suscitem problemas éticos no âmbito das atuações, responsabilidades e relações, internas e externas, das unidades que integram a Universidade, bem como da conduta dos seus membros, designadamente quando digam respeito ao ensino, à investigação, à gestão, a atividades de extensão ou a outras atividades académicas que possam ter interesse geral para a vida universitária, em especial:
 - a) Os trabalhos de investigação realizados nas Unidades e subunidades Orgânicas da UBI em particular, aqueles que envolvam, sob qualquer forma, pessoas, animais, ou material biológico de origem humana ou animal.
 - b) Os conteúdos das matérias lecionadas e métodos de ensino na Universidade e, em particular os relacionados com Ética e Deontologia Profissional;
2. Emitir facultativamente, por sua iniciativa, pareceres sobre qualquer protocolo de investigação em curso na Universidade ou sobre qualquer outra matéria do foro ético que considere pertinente, sempre que obrigatoriamente não se encontrem submetidos a Comissões de Ética específicas.
3. Promover o respeito pela dignidade e integridade humanas e a ética da utilização de animais em investigação, e tendo em especial atenção os códigos deontológicos profissionais, bem como as declarações e diretrizes internacionais sobre ética e bioética.
4. Apoiar e fomentar o cultivo e a formação em Ética no seio da UBI tendo em vista prevenir situações que possam configurar plágio, violação de direitos de propriedade intelectual ou fraude no que respeita a autoria ou coautoria e promover acções de formação para os investigadores e estudantes associados a trabalhos no domínio da investigação humana ou animal.
5. Emitir em sentido pró-ativo, e sempre que possível informações ou recomendações que possam ajudar a prevenir ou corrigir situações passíveis de gerar conflitualidade ou dúvidas, sobre aspetos técnicos que auxiliem os investigadores nos projetos a que se propõem.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Gabinete do Reitor

6. Estimular a comunicação e cooperação com Comissões de Ética de outras Universidades e quaisquer outras entidades nomeadamente em termos de acreditação e as que promovam a uniformização de critérios de análise bem como solicitar a terceiros toda a informação que considere relevante.
7. Responder em termos de extensão a solicitações provenientes do exterior que lhe sejam feitas no âmbito das suas competências ou no quadro da cooperação que venha a ser estabelecida com outras Comissões de Ética de Universidades e outras entidades externas.
8. Monitorizar os protocolos de investigação relativamente aos quais a Comissão emitiu parecer bem como outros que lhe venham a ser solicitados no âmbito de atividades que decorram associados à UBI, até cinco anos após a publicação dos seus resultados.
9. Aprovar o seu regimento.

Artigo 5.º

Limites de atuação

1. A Comissão de Ética não faz deliberações jurídicas ou disciplinares, mas apenas emite pareceres, pelo que o conteúdo dos seus documentos deve limitar-se à análise da concordância ou não das práticas com as boas normas de conduta ética e não à definição de culpa ou atribuição de responsabilidades.
2. A Comissão de Ética não emite pareceres em matérias de natureza obrigatória que a lei exige que venham a ser emitidos por Comissões de Ética com competência para o efeito bem como reconhece outros pareceres que no âmbito de uma política de reciprocidade sejam emitidos por outras Comissões de Ética sem prejuízo do direito de poder vir a ser informada relativamente à emissão dos mesmos.

Artigo 6.º

Exercício de Funções

1. Os membros da Comissão de Ética mantêm-se em funções sem prejuízo dos procedimentos conducentes à conclusão do processo de nomeação dos novos membros.
2. Nenhum membro da Comissão de Ética pode ser suspenso ou destituído senão pela própria Comissão, em casos justificados, nos termos do seu regimento, por maioria absoluta, sendo o termo do mandato dos novos membros o do órgão colegial, independentemente das datas de nomeação.



W

Artigo 7.º

Organização e Funcionamento

1 - A Comissão de Ética funcionará em plenário, sendo que, para permitir maior eficiência funcional, se estrutura em:

1.1. Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida;

1.2. Subcomissão de Ética para as Ciências do Comportamento;

1.3. Subcomissão de Ética para a Integridade Académica, esta com carácter de intervenção principalmente preventiva;

1.4. Núcleo Executivo constituído pelo Presidente, Vice-Presidente da Comissão de Ética e Coordenadores das três Subcomissões, que tem como função acompanhar a evolução das atividades da Comissão de Ética, promovendo e vigiando o seu cumprimento dentro dos prazos previstos e, em geral, em tempo útil.

2. A Comissão de Ética pode recorrer a consultores externos para apoio em aspetos genéricos ou em processos de áreas especializadas, sem limite de número.

2.1. Os consultores externos são integrados por convite do Reitor por proposta da Comissão de Ética, uma vez que declarem que aceitam ficar sujeitos às presentes normas de organização e funcionamento;

2.2. Os consultores externos apenas têm direito a voto no processo específico para o qual foram convidados a participar.

Artigo 8.º

Gratuidade de funções

Os membros da Comissão de Ética não recebem qualquer remuneração específica por esta sua atividade.



Artigo 9.º

Apoio administrativo

1. Para o seu adequado funcionamento disporá a Comissão de Ética de um secretariado, ainda que não exclusivo, que inclui recursos humanos, equipamento informático e de comunicação o qual assumirá as interfaces documentais e executará as instruções que aquela lhe atribuir.
2. A Comissão de Ética disporá ainda de portal web específico, em línguas portuguesa e inglesa, dentro do da Universidade.

Artigo 10.º

Presidente, Vice-Presidente, Coordenadores de Subcomissões

1. A Comissão de Ética elege, na primeira reunião, necessariamente plenária, realizada após a sua nomeação, e de entre os seus membros, um Presidente, um Vice-Presidente e os Coordenadores de cada uma das três (3) Subcomissões.
2. Ao Presidente da Comissão de Ética compete a representação da Comissão, a coordenação da sua actividade, a direção das suas reuniões, a elaboração de proposta de ficha de incompatibilidades e suas alterações quando aplicável e a elaboração do relatório anual de actividades da Comissão.
3. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nestas funções, nos casos de impossibilidade deste ou quando este o tiver por conveniente.
4. Aos Coordenadores das Subcomissões de Ética compete a sua representação no núcleo executivo e, quando necessário, externamente, bem como a coordenação da sua atividade e a direção das suas reuniões.

Artigo 11.º

Reuniões

1. A primeira reunião da Comissão de Ética após a nomeação de todos os seus membros é convocada pelo membro a que se refere o nº 1.3 do artigo 3.º ao qual compete submeter a homologação do Reitor os membros eleitos para os cargos a que se refere o número anterior, sem prejuízo do início imediato de funções.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Gabinete do Reitor

2. A Comissão de Ética reúne em plenário, ordinária e presencialmente, ou por teleconferência, pelo menos quatro vezes por ano, sob convocação do seu Presidente.
3. As Subcomissões de Ética reúnem ordinária e presencialmente, ou por teleconferência, pelo menos uma vez por mês, sob convocação do seu Coordenador.
4. A título excecional e com razões fundamentadas, pode a Comissão de Ética e/ou qualquer das suas Subcomissões reunir extraordinariamente.
5. De todas as reuniões da Comissão de Ética ou Subcomissões será lavrada uma ata da qual deve constar, nomeadamente:
 - a) Menção da data, hora e local de reunião;
 - b) Ordem de trabalhos;
 - c) Identificação de todos os membros fisicamente presentes e respetiva assinatura;
 - d) Identificação dos pedidos avaliados, objetivo e tipo de avaliação efetuada;
 - e) As deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações.
- 5.1 Nos casos em que a Comissão de Ética ou Subcomissões assim o deliberem, a ata é aprovada logo na reunião a que disser respeito.
6. A convocação das reuniões da Comissão de Ética realizar-se-ão nas condições estabelecidas no regimento.

Artigo 12.º

Quórum e Deliberações

1. As deliberações da Comissão de Ética e/ou de cada uma das suas Subcomissões são tomadas em reunião, por maioria simples, dos membros efetivos.
 - 1.1 Na votação de processos concretos, e apenas a estes referentes, são ainda considerados membros efectivos os consultores externos para eles convidados a intervir.
2. As deliberações apenas são válidas se estiverem presentes, pelo menos, metade dos membros efetivos da Comissão de Ética e/ou das suas Subcomissões.
3. Para efeitos de emissão de pareceres de avaliação de processos submetidos, sempre que estes não levantem quaisquer dúvidas ou divergências, aos membros da Comissão de Ética e/ou das suas Subcomissões poderá a sua aprovação ser efetivada por via electrónica nas condições estabelecidas no regimento.



Artigo 13.º

Obrigatoriedade e prazos

1. A Comissão de Ética e/ou as suas Subcomissões têm obrigatoriamente de emitir parecer, por escrito, no prazo máximo de sessenta dias sobre a data em que fica completo o processo de pedido de apreciação.
2. Se solicitado, deve a Comissão de Ética e/ou as suas Subcomissões elaborar também, dentro do prazo referido no ponto anterior, uma cópia ou uma síntese do parecer em língua inglesa.
3. Excecionalmente em situações particularmente complexas e com base em razões fundamentadas em detalhe e por escrito, podem estes prazos ser ampliados por períodos de trinta dias.

Artigo 14.º

Direitos e Deveres dos Membros da Comissão de Ética

1. Constituem direitos dos membros da Comissão de Ética:
 - a) Participar nas discussões e apresentar declarações de voto por escrito quando aplicável.
 - b) Solicitar por escrito os esclarecimentos e informações que entendam necessários para o exercício das competências da Comissão de Ética;
 - c) Ter acesso à informação solicitada para o exercício das competências da Comissão de Ética num prazo razoável.
2. Constituem deveres dos membros da Comissão de Ética:
 - a) Comparecer e permanecer nas reuniões da Comissão de Ética e das subcomissões a que pertençam;
 - b) Participar nas votações;
 - c) Desempenhar as funções para que sejam designados, salvo escusa justificada;
 - d) Comunicar, sempre que possível com antecedência, as faltas e os seus impedimentos relativamente às reuniões da Comissão de Ética ou da(s) subcomissão(ões) a que pertençam.

Artigo 15.º

Transparências de procedimentos

1. De cada reunião da Comissão de Ética e das suas Subcomissões será lavrada a respetiva ata que pode ser consultada pelos interessados que o solicitem.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Gabinete do Reitor

2. Os pareceres da Comissão de Ética e/ou as suas Subcomissões, emitidos nas condições a que se refere o nº 1 do artigo 5º, deverão ser publicamente acessíveis ou suscetíveis de consulta por quem o solicite e eventualmente os elementos de suporte aos mesmos, salvo as situações de excepção referidas no ponto seguinte.
3. Podem ser excecionadas as matérias referentes a investigação que, fundamentadamente, por razões de competitividade ou da sua aplicação ao mundo dos negócios, contenham matéria que os seus autores desejam que seja mantida sigilosa.

Artigo 16.º

Independência e Conflitos de Interesses

1. A Comissão de Ética deve atuar de forma totalmente independente e imparcial relativamente aos órgãos de Gestão e Direção da Universidade e das suas Unidades Orgânicas ou a qualquer outra entidade ou pessoa, interna ou externa.
2. Os membros efectivos e consultores da Comissão de Ética, bem como o pessoal que colabora no secretariado de apoio ou outro, não podem ter interesses financeiros ou outros ou em entidades que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.
3. Para efeitos do disposto no número anterior será aprovado por despacho do Reitor por proposta do Presidente da Comissão de Ética um modelo de declaração de inexistência de incompatibilidades.
4. É absolutamente vedado aos membros da Comissão de Ética a utilização para proveito próprio de informação que tenham tido conhecimento no exercício das suas atividades na Comissão, nomeadamente a constante nos protocolos de investigação, sem expressa anuência e autorização dos seus autores.
5. No início de cada reunião é verificada a actualização da declaração de inexistência de incompatibilidades. Deve ser declarado e registado em conformidade em ata qualquer conflito de interesses que possa existir por parte dos seus membros no que respeita a qualquer assunto ou parecer. Para este efeito, considera-se que existe conflito de interesses sempre que um interesse, quer de âmbito financeiro, quer relacionado com amizades, rivalidades ou convicções pessoais, ou laços familiares possa interferir com o dever de imparcialidade a que os membros da Comissão se encontram obrigados.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Gabinete do Reitor

Artigo 17.º

Confidencialidade

Os membros efectivos e consultores da Comissão de Ética bem como o pessoal que colabora no secretariado de apoio ou outro, estão adstritos ao cumprimento do dever de confidencialidade e protecção de dados pessoais a que tenham acesso no exercício das suas funções nesta Comissão, incluindo o conteúdo dos documentos analisados.

Artigo 18º

(Disposições Finais)

As presentes normas de organização e funcionamento entram imediatamente em vigor e qualquer alteração é da competência exclusiva do Reitor.

Universidade da Beira Interior, 07 de outubro de 2015

O Reitor

António Fidalgo